

38º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

SPG 14 PENSAMENTO SOCIAL E ANÁLISE DA CULTURA

**A INTERPRETAÇÃO DO GOLPE DE 1964 EM MÁRIO
PEDROSA E SUA AÇÃO POLÍTICA PRÉ-AI-5**

Josnei Di Carlo Vilas Boas

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os argumentos utilizados por Mário Pedrosa em sua interpretação sobre o Golpe de 1964 e sua orientação para a ação política de oposição à ditadura instaurada pelos militares. Para atingir o objetivo proposto, o artigo está dividido em duas partes: a primeira detém-se sobre a interpretação e a segunda fixa-se sobre a orientação.

Pedrosa realizou sua interpretação sobre o Golpe de 1964 em *A Opção Imperialista* (doravante, *AOI*) e *A Opção Brasileira* (*AOB*). Ambos os livros tornaram-se a suma de seu pensamento social gestado desde a Revolução de 1930. Ele iniciou a redação de *AOI* e *AOB* logo após a deposição de João Goulart em 31 de março de 1964. Neles, Pedrosa analisa a Era Vargas para compreender a gênese do modelo de desenvolvimento, sua inflexão no Governo Juscelino Kubitschek e sua crise que culminou no Golpe de 1964.

Os dois livros de 1966 fornecem os argumentos da interpretação pedrosiana, não indicam como a ação política deveria ser levado a cabo para tentar modificar o processo iniciado em 1964. Para apresentar a orientação dada por Pedrosa em sua ação política são utilizados algumas de suas intervenções na imprensa. Portanto, enquanto a primeira parte deste artigo está calcada em *AOI* e *AOB*, a segunda parte utiliza este, mas não exclusivamente, pois são utilizados sete colunas e uma entrevista publicados no *Correio da Manhã* (*CM*), onde o autor colaborou até o Ato Institucional Número Cinco (AI-5).

1 AS OPÇÕES E SUA INTERPRETAÇÃO SOBRE O BRASIL

A primeira parte deste artigo analisa a interpretação de Pedrosa sobre o Golpe de 1964 e está calcada em *AOI* e em *AOB*. Não exclusivamente, porque também são utilizados *Entreguismo e Nacionalismo* (*EM*) e *O Partido do Gabarito Curto* (*PGC*), colunas publicadas por Pedrosa no *Jornal do Brasil* (*JB*) em 02 de agosto de 1959 e 01º de janeiro de 1960, respectivamente, e citados *ipsis litteris* em *AOB*.

1.1 Nacionalismo ao abrigo do imperialismo

Como observa Heráclio Salles (1966, p. 8), Pedrosa exhibe em *AOI* “os elementos da crise geral” para projetar em *AOB* “os traços característicos da nossa crise particular”. No último capítulo deste livro, Pedrosa (1966b, p. 291), ao criticar os economistas, declara que “eles estudam à perfeição o mecanismo interno das forças produtivas, como

se se tratasse mesmo de um mecanismo auto-regulável”. Assim, antes deste artigo analisar “nossa crise particular”, procura delinear “os elementos da crise geral”.

A crise geral era o imperialismo, particularmente o estadunidense, em razão de sua incidência sobre o Brasil. Conforme Salles (1966, p. 8), Pedrosa expõe “as condições históricas em que os Estados Unidos fizeram a ‘opção imperialista’”, em que evoluíram das “formulações dos profetas da democracia americana” para a condição de potência imperialista. Na análise pedrosiana, somente nos estertores da Primeira Guerra Mundial que os Estados Unidos ensaiaram retirar a hegemonia econômica e financeira da Grã-Bretanha na América Latina. A expansão imperialista foi possível após a formação de corporações e trustes no interior do território estadunidense. No intuito de favorecer a natureza expansionista e monopolista das corporações e trustes, o Congresso dos Estados Unidos aprovou em 10 de abril de 1918 a “An Act to Promote Export Trade and Other Purposes”. Mais conhecida por Lei Webb-Pomerane, em função de seus criadores terem sido os senadores Edwin Y. Webb e Atlee Pomerane, ela isentou exportadores de regulamentações antitrustes. Lançando, enfatiza o autor, as bases da política estadunidense para o comércio exterior. A lei referida criou os condicionantes para os Estados Unidos dominar o comércio mundial, especialmente o latino-americano, a partir da Segunda Guerra Mundial. Pedrosa (1966a, p. 37) cita que os investimentos estadunidenses na América do Sul saltaram de 173 milhões de dólares em 1913 para 2,294 bilhões em 1929, enquanto “os investimentos ingleses, então ainda rivais dos norte-americanos, somavam, em 1913, 3,382 bilhões de dólares; em 1929, 4,486 bilhões”. Com a Lei Webb-Pomerane dá-se a gênese do imperialismo estadunidense sob a retórica do livre mercado, apesar da importância fundamental do Estado para a expansão das corporações e trustes do país.

Já em 1920, diz Pedrosa, os Estados Unidos despejaram um bilhão e meio de dólares na América Latina. Entretanto, com a queda dos preços das matérias-primas latino-americanas desencadeada pela Crise de 1929, os empréstimos decaíram e o sistema financeiro recuou frente à insegurança crescente em receber os pagamentos. Para reanimar o comércio interamericano, continua o autor, o governo estadunidense criou um sistema de convênios de comércio recíproco promulgando a “Reciprocal Trade Agreement Act” em 29 de março de 1934. Ao recusar ser o coletor das dívidas, acabou desagradando o sistema financeiro. No intuito de dar suporte a esta política financeira estatal, de “*empréstimos diretos de Governo a Governo*” (PEDROSA, 1966a, p. 46,

grifos do original), o país fundou agências oficiais, com o Export-Import Bank, fundado no mesmo ano da lei citada, sendo a principal delas. Pedrosa destaca que as reformas empreendidas por Franklin Delano Roosevelt atingiram as estruturas econômicas e sociais dos Estados Unidos. Ademais, foram recebidas hostilmente pelos homens de negócios, porque, através delas, o capital privado estava perdendo espaço para o capital estatal nos investimentos realizados na América Latina. Apropriando-se da expressão de Arthur Pincus, citado em *AOI*, tratava-se “de um novo imperialismo dirigido pelo Estado, em coexistência com o velho imperialismo” (PEDROSA, 1966a, p. 49). Posto de outra forma, no novo imperialismo ocorreu uma fusão do capital estatal com o capital privado, alavancando os Estados Unidos como a potência imperialista do século XX. No estilo mordaz de Pedrosa (1966a, p. 52), o Estado tinha de “ajudar” e “doar” para o capitalismo não soçobrar: “A máquina global capitalista emperra e verifica-se a necessidade de suspender seu funcionamento para reabrir a troca, a comunicação, a resposta por meios inteiramente inortodoxos, isto é, fazendo presentes – dar”.

Em 12 de abril de 1945, durante seu quarto e último mandato, Roosevelt faleceu e, em seu lugar, assumiu Harry S. Truman. Segundo Pedrosa, com a Casa Branca ocupada por outro presidente inaugurou-se um novo capítulo na política externa estadunidense. Terminada a Segunda Guerra Mundial, a América Latina voltou ao seu posto de periferia. Com o poderio econômico e financeiro dos Estados Unidos privilegiando a Europa através da efetivação do Plano Marshal no intuito de bloquear o avanço soviético. A condição periférica latino-americana perduraria no mandato do próximo presidente estadunidense porque, se antes a preocupação era de que mais países europeus se aproximassem da União Soviética, agora Dwight D. Eisenhower tinha de administrar a Guerra da Coreia e impedir que o socialismo grassasse pela Ásia. Brasil e os outros países latino-americanos continuaram relativamente esquecidos até 1959, quando Fidel Castro e seus companheiros de guerrilha forçaram os Estados Unidos a destinarem parte de seus recursos econômicos e financeiros para combater o avanço do socialismo na América Latina.

A nova política externa confirmou-se com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), criado no mesmo ano da Revolução Cubana. E consolidou-se em 1961, durante o governo de John F. Kennedy, com a Declaração e Carta de Punta del Este, onde, conforme exposto em *AOI*, “pela primeira vez, o Governo americano reconhece a plena legitimidade, em tempo de paz, dos grandes empréstimos públicos, de

Estado para Estado, visando expressamente ao desenvolvimento econômico estrutural nos nossos países latinos” (PEDROSA, 1966a, p. 55). O presidente Kennedy, continua Pedrosa (1966a, p. 55) grifo do original), chamou a Aliança para o Progresso de “revolução”, pois se tratava de retirar, no caso da América Latina, “o monopólio das riquezas de grupos privilegiados, instituindo *contra* eles certas reformas estruturais, afetando relações de propriedade” e, em relação aos Estados Unidos, “a revolução consistiria em engajar pesados créditos do Estado em empreendimentos demandando capitais de risco”. Para o autor, portanto, a amálgama entre capital estatal e capital privado deixou de ser circunstancial à guerra, como foi no período rooseveltiano, e passou a ser o fundamento do novo imperialismo. Este, ao expandir-se, não se submetia aos limites da ortodoxia liberal, poderia determinar os países latino-americanos a adotarem certas reformas estruturantes, como a reforma agrária, quebrando o monopólio das riquezas da burguesia agrária, quanto tomar à frente investimentos de riscos para assegurar retorno ao capital privado estadunidense no exterior.

Pedrosa considera que a Aliança para o Progresso abriu outro capítulo na história do imperialismo. Embora, para ele, os problemas da década de 1940 retomassem a atualidade. Comentando uma intervenção de David Rockefeller na Conferência sobre Tensões no Desenvolvimento do Hemisfério Ocidental, realizada na Bahia em agosto de 1962, o autor aponta os três problemas temidos pelos homens de negócios dos Estados Unidos: a depreciação dos preços das matérias-primas de exportação, o crescimento demográfico e, por fim, o nacionalismo. Por este ter as consequências ideológicas e políticas mais restritivas à penetração imperialista na economia da América Latina, Pedrosa se detém essencialmente sobre o nacionalismo. Segundo o autor, o subsolo era a chave para se entender a dificuldade de homens como Rockefeller aceitarem a soberania dos países latino-americanos. Os interesses nacionais em conjunto com a política de não intervenção deixavam os capitalistas inseguros para investir na América Latina. Nos termos de Pedrosa (1966a, p. 61), “uma das grandes questões conflitantes entre investidores estrangeiros e exportadores de capitais e os países importadores deles foi e tem sido sempre, com efeito, a da propriedade das riquezas do subsolo”. Nas riquezas do subsolo, portanto, refletem tanto o nacionalismo quanto o imperialismo, por nelas os interesses nacionais e internacionais entrarem em choque.

Ao dar importância ao antagonismo gerado pela apropriação das riquezas do subsolo, Pedrosa analisa a formação do nacionalismo brasileiro no século XX

investigando como o Brasil acomodou seus interesses face aos imperialistas pelo subsolo. Inicia sua exposição na década de 1930 em razão do nacionalismo vigente na década de 1960 ter se formado concomitantemente à Era Vargas.

O autor recorda que em 23 de dezembro de 1937, pouco mais de um mês após a decretação do Estado Novo, com as dificuldades cambiais e a queda dos preços do café, Getúlio Vargas instituiu o monopólio do câmbio. O Decreto-lei nº 97 não foi bem recebido pelos Estados Unidos. Do mesmo modo não lhes agradavam as relações comerciais mantidas por Vargas com a Alemanha. Para combater o monopólio do câmbio, o governo estadunidense aumentou o crédito do Brasil em 1939. Já em abril deste ano o câmbio voltou a ser livre. Objetivando enfraquecer as relações comerciais germano-brasileiras, os Estados Unidos tinham de absorver a produção de mercadorias do Brasil. E facilitaram as relações cambiais e monetárias e cooperaram para o país desenvolver seus recursos. Em setembro de 1940, o Export-Import Bank começou a dar crédito para o Brasil desenvolver sua produção industrial. Pedrosa (1966a, p. 131) destaca que Volta Redonda “é o primeiro financiamento que o governo americano faz para fundar uma indústria de aço em país estrangeiro e não para americanos privados, mas para um empreiteiro público, o Governo brasileiro”. O financiamento da Companhia Siderúrgica Nacional não foi ocasional, observa o autor, pois a Alemanha e o Japão chegaram a propor um acordo de financiamento de usinas de aço em 1937, cuja contrapartida seria o monopólio de consumo da produção. Contudo, Vargas recusou a proposta. Pelo fato do acordo envolvendo Volta Redonda ter aberto uma brecha nas relações comerciais dos Estados Unidos com a América Latina, estimulando reivindicações semelhantes de outros países latino-americanos, os homens de negócios sabotaram convenções nos mesmos moldes, mesmo que elas estivessem condicionadas ao alinhamento do país ao governo Roosevelt, à cessão de bases aéreas e navais, à substituição da tecnologia de origem europeia pela estadunidense, assim por diante. A brecha comercial foi fechada, mas a ortodoxia liberal sofreu um golpe duro com a flexibilidade rooseveltiana.

Por ter lutado contra o avanço do integralismo na década de 1930, que, em um contexto de disputas interimperialistas poderia levar Vargas a um alinhamento ao Eixo, Pedrosa leva em conta a Ação Integralista Brasileira (AIB) como um importante ator político no fortalecimento das relações comerciais entre o Brasil e a Alemanha. O autor ressalta que depois da Revolução de 1930 a Alemanha aumentava a cada ano suas trocas

comerciais com o governo brasileiro, tomando o lugar dos Estados Unidos no comércio com o Brasil em meados de 1937. Mas perdeu o posto logo em seguida com a contraofensiva de Roosevelt de abrir uma linha de crédito de 60 milhões de dólares. Em 10 de novembro do mesmo ano, Vargas decretou o Estado Novo, com o apoio dos integralistas, de inspiração fascista na perspectiva pedrosiana. Contudo, o ditador estado-novista rifou Plínio Salgado e seus asseclas.

Defenestrado do Estado Novo, os integralistas tentaram dar um golpe em 11 de maio de 1938 através de um assalto ao Palácio Guanabara, residência oficial do governo federal. Derrotados, não havia mais um importante ator político para levar o Brasil a estreitar laços com o Eixo. Os Estados Unidos, por sua vez, usavam suas finanças para retomar a hegemonia comercial e política no Brasil: linhas de crédito do Export-Import Bank para o Tesouro Brasileiro e o Banco do Brasil, aponta o autor. O comércio com a Alemanha decaiu e o governo brasileiro entrou na Segunda Guerra Mundial, adaptando sua economia para fornecer minerais para os militares. Para Pedrosa, Vargas era pragmático, negociava, ora com a Alemanha, ora com os Estados Unidos, para atender aos interesses nacionais. Assim foi porque encontrou um momento favorável para barganhar, a decadência do imperialismo britânico, a ascensão do imperialismo estadunidense e dos países do Eixo, além de uma guerra a reordenar a economia pelo Estado, enumera o autor. Este processo analisado por Pedrosa gestou um nacionalismo calcado na negociação com o imperialismo, mas depois da Segunda Guerra Mundial as condições de barganha deixaram de existir porque os Estados Unidos passaram a ser a grande potência imperialista, com a Europa devastada pela recém-terminada guerra.

1.2 Governo Juscelino Kubitschek

Retomando a expressão usada por Salles (1966, p. 8), agora se trata de apresentar “os traços característicos da nossa crise particular”. Portanto, o restante da primeira parte deste artigo se centrará em *AOB*. Não exclusivamente, porque, neste livro, Pedrosa cita trechos *ipsis litteris* de duas colunas suas publicadas no *JB*. Ambas acabaram sendo recuperadas para a elaboração deste artigo.

AOB não é tão ambicioso quanto *AOI*, detém-se ao Golpe de 1964, mas volta-se constantemente para o governo Kubitschek e para a eleição de Jânio Quadros. Além de avançar para o primeiro ano da ditadura militar com o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco à frente da presidência, pois as análises de Pedrosa tinham como

imperativo a ação política. Esta, para apontar práticas a serem adotadas para enfrentar Castelo Branco e os próximos presidentes militares, precisava compreender a base social do regime instaurado em 31 de março de 1964. Ao deter-se exclusivamente acerca da deposição de Goulart, o autor procura desmontar algumas teses usadas por militares, políticos e setores da sociedade de que uma revolução comunista estava em andamento no Brasil.

Pedrosa destaca que o setor externo estrangulava o crescimento econômico do Brasil desde 1930. Dado as disputas interimperialistas, Vargas, ao barganhar com as potências imperialistas, conduziu a industrialização mantendo o saldo comercial positivo. Entretanto, após a Segunda Guerra Mundial, com a ascensão dos Estados Unidos à grande potência capitalista, o governo estadunidense concentrou seus esforços em tornar a balança comercial favorável ao seu país. Segundo Pedrosa (1966b, p. 203), “o desaparecimento desses saldos em favor dos exportadores americanos não se fez em plena espontaneidade”, foi produto de uma política comercial oficial deliberada que, por um lado, evitava “as entregas de equipamentos para os setores industriais dos países subdesenvolvidos” e, por outro lado, transformava “a balança comercial desses países de credora a devedora”. Modificando-se as relações comerciais pan-americanas, o Brasil teria de adotar outra política econômica para aprofundar a industrialização.

A inflexão iniciou-se em 1956, com a eleição de Kubitschek. Entre 1956 e 1960 a política de substituição das importações tornou-se mais complexa, com o Estado passando a financiar projetos do setor estrutural, enquanto o capital estrangeiro financiava setores da indústria. Nos termos de Pedrosa (1966b, p. 203), o período compreendido foi assinalado “pelo aumento da intervenção direta e indireta do governo na inversão, acompanhado da entrada ponderável do capital estrangeiro privado e oficial no financiamento de certos setores”. Porém “a contribuição de capitais do Estado não se limitou às suas funções por assim dizer rotineiras de ordem compensatória, na cobertura de *déficits* usuais no balanço de pagamentos” (PEDROSA, 1966b, p. 203, grifos do original), passou a financiar projetos do setor estrutural. Em relação ao capital estrangeiro, sua porta de entrada para investir na indústria mecânica foi a Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito. “Foi a época do apogeu do desenvolvimentismo, marca JK” (PEDROSA, 1966b, p. 203), onde certas indústrias mecânicas nasceram e se expandiram, tais como a de automóvel, construção naval,

material elétrico pesado, metalurgia dos metais ferrosos, celulose e papel, química pesada, entre outras.

No bojo do processo descrito estava a inflação. Citando dados do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), lançado já no início da ditadura militar, de que “os gastos correntes e a arrecadação tributária mantiveram-se, entre 1956 e 1960, em torno de 20% do Produto (médias de 20,2% e 19,4%, respectivamente), enquanto os investimentos passaram de 3,3% para 5,7%, respectivamente”, Pedrosa (1966b, p. 203, p. 209) declara que “a causa principal do desequilíbrio no setor público” foi “o rápido crescimento dos investimentos governamentais sem o apoio de adequado esquema financeiro”. O autor acentua as contradições do problema inflacionário. Para Pedrosa (1966b, p. 203) “foi necessário optar entre parar o processo de desenvolvimento ou arriscar agravar, consideravelmente, a pressão inflacionária”. Mas, “o que é uma fatalidade da formação capitalista do Brasil, o aprofundamento também do desenvolvimento desigual” (PEDROSA, 1966b, p. 209). A audácia do governo brasileiro, para o autor, foi um cálculo político. O parque industrial brasileiro diversificou-se no governo Kubitschek, tornando-se um feito exclusivo seu. Enquanto a inflação cobraria seus dividendos posteriormente, com o próximo governo tendo de adotar política econômica impopular para combatê-la. Citando o Plano Trienal, proposto pelo Ministro do Planejamento Celso Furtado com Goulart à frente da presidência, Pedrosa (1966b, p. 203) destaca que Kubitschek “cedeu ante à pressão dos capitais estrangeiros na política cambial”, enquanto “resistiu à pressão da finança internacional no que concerne à sustação dos investimentos do setor estatal”.

Recuperando sua coluna de 1959 *EN* no terceiro capítulo de *AOB*, o autor tenta apreender a base social do governo Kubitschek. Como posto anteriormente, o nacionalismo formou-se pela barganha com o imperialismo. Pragmático, Vargas aproveitou as disputas interimperialistas para atrair recursos para o Brasil e conduzir a industrialização. Então, pela leitura pedrosiana, a formação da burguesia industrial deu-se à sombra de uma visão restrita dos interesses nacionais. As palavras de Pedrosa (1959, p. 3) são bem precisas, “o grupo burguês desenvolvimentista é nacionalista na justa medida, isto é, até o ponto em que seus interesses colidem com os dos grandes trustes e interesses industriais e financeiros estrangeiros”. Pedrosa (1959, p. 3) considera que Kubitschek tinha da burguesia industrial suas qualidades e defeitos, “ser ao mesmo tempo entreguista e nacionalista, tinha dela o dinamismo característico, mas também a inconsequência de

atitudes, resultado de uma posição contraditória”. Apesar de eventualmente haver colisões entre a burguesia industrial e o imperialismo, ela tinha consciência de seus laços insolúveis com o capital financeiro internacional. A briga da burguesia industrial com o imperialismo era, “no fundo, uma briga em família” (PEDROSA, 1959, p. 3).

Após observar a natureza da base social do governo Kubitschek, o autor combate a percepção de setores da esquerda de que a burguesia industrial era progressista. Nos termos de Pedrosa (1959, p. 3), “exigir, pois, dos nossos burgueses progressistas nacionalistas que rompam com os irmãos fazendeiros, os exportadores e os ‘entreguistas’ e venham para a rua arrastar o povo todo numa luta frontal e radical com aquele é exigir que façam o haraquiri”. A aliança entre as burguesias agrária e industrial no qual a coluna faz referência estabeleceu-se, para o autor, após a Revolução de 1930. Era, na definição de *AOB*, “um contrato tácito, não escrito, uma espécie de convênio – mantido na realidade pela mão paternalística e autoritária da ditadura – de três classes: burguesia rural, burguesia industrial e proletariado urbano” (PEDROSA, 1966b, p. 169). Esta composição social foi assegurada por Vargas e preservada de modo instável por Kubitschek.

A instabilidade da aliança devia-se ao fato do carisma do ditador ter sido substituído pela ideologia desenvolvimentista. Segundo Pedrosa (1966b, p. 170), “a ideologia do desenvolvimentismo teve por finalidade essencial alimentar o otimismo das classes médias urbanas e por contágio as massas proletárias urbanas, a fim de que juntas”, continua ele, “fornecessem os apoios necessários às operações do Poder político, no sentido de conservar ou preservar contra pressões externas o processo de acumulação nacional em marcha”. Contudo, a transferência dos aumentos dos produtos para a classe média criou uma tensão política entre ela e o proletariado porque seu ódio de classe voltou-se para os trabalhadores e suas organizações. Portanto, a conciliação geral tinha como fator a inflação, que possibilitava os acúmulos de rendas.

No plano dos partidos políticos, a aliança entre burguesia agrária, burguesia industrial e proletariado dava-se através da coligação entre o Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Pedrosa considera que a aliança tinha se esgotado, com o governo Juscelino sendo sua última manifestação. Para o autor estava na hora do PTB buscar o poder sozinho, sem ter como aliado o PSD. Portanto, na percepção pedrosiana, o processo tinha de adquirir uma política de classe clara, com o proletariado separando-se da burguesia industrial.

1.3 Crise do desenvolvimentismo

Pedrosa reconhece que no início da década de 1960 o parque industrial brasileiro tinha se diversificado. Entretanto, com a inflexão no modelo de desenvolvimento dando-se no quinquênio de Kubitschek à frente da presidência, tratava-se de substituir o financiamento externo pelo nacional. Na afirmação de Pedrosa (1966b, p. 217), “estamos agora com o pálio de uma transição grave do sistema capitalista que se formou no Brasil segundo o modelo da substituição das importações” (PEDROSA, 1966b, p. 217). Criado um parque industrial diversificado, outro modelo se impunha ao país. “Para que outro modelo?”, pergunta-se Pedrosa (1966b, p. 217), respondendo que “para um que se caracterize pelo seu poder de auto-sustentação do crescimento”. Na perspectiva dele, o Brasil deveria desvincular-se do imperialismo, pois, “no curso do desenvolvimento econômico do país”, era imperioso “passar a uma etapa superior de emancipação econômica e desenvolvimento autônomo” (PEDROSA, 1966b, p. 217). Contudo, o novo modelo não viria reformando o capitalismo, precisar-se-ia afastar-se do modo capitalista de produção por causa da impossibilidade de criar-se um capitalismo desvinculado do imperialismo, dado a natureza dependente da burguesia industrial.

A conclusão geral, segundo Pedrosa (1966b, p. 217), é que “o capitalismo pelo vértice que se constituiu no Brasil, numa área privilegiada” (PEDROSA, 1966b, p. 217), ainda não era um capitalismo nacional. A autolimitação era sua “característica mais profunda e contradição fundamental” e tinha “muitas procedências, mas talvez uma dessas seja a própria natureza” (PEDROSA, 1966b, p. 217) do capitalismo brasileiro, cuja gênese encontrava-se no meio rural, com sua produção agroexportadora. A tendência do capitalismo brasileiro, conclui Pedrosa (1966b, p. 217), estava em “olhar antes para leste que para oeste, para o mar que para o sertão”. O modelo de substituição das importações entrava em seu processo de transição na análise pedrosiana porque não criou um capitalismo nacional, capaz de desenvolver as potencialidades produtivas de todos os cantos do Brasil.

A burguesia industrial formada à sombra da habilidade de Vargas em barganhar com as potências imperialistas era incapaz de desvincular-se do imperialismo. Responsável pela transição do Brasil à exploração rural capitalista, que se apropriou das bases materiais da exploração rural colonial para potencializar a acumulação, a burguesia agrária não tinha condições de desligar-se do mercado externo. Trata-se, agora, de

apreender como Pedrosa estabelece o vínculo entre os dois setores de produção. Ele lembra que a burguesia cafeeira foi a grande adversária da Revolução de 1930, porém, ao não conseguir diversificar os produtos para exportação, Vargas conciliou e, através do câmbio, manteve o controle sobre a burguesia cafeeira, abolindo a hegemonia política dela. Conforme Pedrosa (1966b, p. 222), “politicamente [...] os fazendeiros de café foram vencidos pela Revolução de 1930, cuja tarefa econômica profunda, embora talvez não consciente, era abolir a hegemonia do fazendeiro de café sobre o Poder central”. A conciliação varguista estabeleceu o vínculo político entre as burguesias agrária e industrial. Destarte, se a Revolução de 1930 deu-se sobre um conflito de classe, a conciliação unificou-as politicamente, reforçando ainda mais o vínculo econômico entre os setores agrícola e industrial.

A aliança entre as burguesias agrária e industrial era indissolúvel tanto politicamente quanto economicamente para o autor. No intuito de conduzir o Brasil a um modelo político-econômico nacional, o proletariado tinha de afastar-se da aliança engendrada por Vargas e colocar seu modelo como viável ao país. Daí Pedrosa ter afirmado na coluna de 1959 que havia necessidade do PTB separar-se do PSD, impelindo o proletariado a separar-se do aliancismo heterogêneo getulista levado adiante por Kubitschek, tentando dar forma a um modelo socialista democrático pela via parlamentar. Independente da finalidade anticapitalista do autor, caso o PTB não levasse uma política de classe adiante, a instabilidade do modelo esgotado no governo Kubitschek conduziria o Brasil a um beco sem saída.

AOB posiciona Pedrosa em sua tentativa de manter-se equidistante tanto do reformismo de Luís Carlos Prestes e dos comunistas quanto do radicalismo insurrecional da extrema-esquerda, mostrando a viabilidade de um socialismo democrático no Brasil, se o PTB fizesse uma política de classe sem titubear. O autor destaca que as principais forças políticas do Brasil, incluindo o Partido Comunista Brasileiro (PCB), julgavam que a estrutura econômica mudaria de reforma em reforma. A preposição reformista “era aceita, sem maiores exames, por todos os partidos, inclusive pelos da oposição e até pelo Partido Comunista, lutando dentro dela por sua própria legalização” (PEDROSA, 1966b, p. 172). Porém, apenas a extrema-direita e a esquerda radical não partilhavam do “mito do legalismo dogmático” (PEDROSA, 1966b, p. 172). À esquerda, a quebra da legalidade era fundamental para o início da revolução; à direita, o golpe era necessário

para “remodelar os quadros dirigentes políticos e administrativos do país” (PEDROSA, 1966b, p. 173) e eliminar os comunistas da política brasileira.

O vácuo político de que fala a coluna citada foi ocupado por Jânio Quadros. Sua eleição, segundo Pedrosa (1966b, p. 145), acabou por derrotar a aliança PSD-PTB, “criada por Vargas e mantida no curso ininterrupto dos anos”, finalmente ela “conheceu sua primeira derrota com a eleição de Quadros para presidente”. Na leitura pedrosiana, “Jânio Quadros foi assim o instrumento da dissolução do velho casamento de que Vargas foi o padrinho” (PEDROSA, 1966b, p. 145). Sua vitória foi contra a aliança populista-burguesa. E o Golpe de 1964 seria, em parte, produto da cisão iniciada nas eleições presidenciais de 1960. Destarte, afirma Pedrosa (1966b, p. 149), deu-se “a passagem de uma política conservadora a uma política social, na omissão do PTB em cumprir seu papel histórico de partido das reivindicações realmente nacionais independentes e sociais do povo brasileiro”.

Pedrosa acentua o caráter radical da campanha de Quadros à presidência da república em 1960 ao levar em conta que ela levantava bandeiras que rompia com o getulismo. Esta ousadia dividiu os partidos, levando-os a assumirem uma política de classe sem hesitação. Ademais, “arrastou afinal as massas para uma política antes tímida e conservadora no interior, numa linha antiinflacionária convencional, na base da estabilização monetária, e uma política internacional de gestos ousados com veleidades de ‘independência’” (PEDROSA, 1966b, pp. 149-150). Contudo, lembra Pedrosa (1966b, p. 146, p. 150), antes do “astro com órbita própria” “chegar às grandes opções, que deveriam caracterizar o seu governo, despediu-se a si mesmo” (PEDROSA, 1966b, p. 150). Seu gesto removeu “a cunha de transição que deveria ter sido o seu governo”, abrindo a fenda “na continuidade do ‘desenvolvimento’ *à la* JK da chamada burguesia progressista industrialista” (PEDROSA, 1966b, p. 150, grifos do original).

Segundo o autor, com a renúncia de Quadros em 1961, o PTB assumiu o poder se deslocando à esquerda, por causa das promessas realizadas ao longo dos dois mandatos de vice-presidente de Goulart. Pedrosa (1966b, p. 146) considera que “o PTB, com a esquerda, vieram cedo demais ao poder”, pois “Goulart, acostumado a apenas fazer promessas às massas, ao povo em geral, se viu de repente acuado a ter de pagá-las”. Todavia a radicalização política foi estancada com o Ato Adicional que instituiu o parlamentarismo, intensificando-se quando o presidencialismo voltou via plebiscito em 1963. Pedrosa (1966b, p. 152) observa que enquanto Goulart detinha o “poder difuso” do

parlamentarismo, teve ampla coalizão a seu favor, depois dele obter o “poder unitário” do presidencialismo, “consagrado democraticamente, pela esmagadora maioria de votos soberanos do plebiscito”, as esquerdas se dispersaram, deixando-o sozinho frente à sanha do Congresso, da burguesia e do imperialismo estadunidense.

A inflação, que vinha crescendo desde a década de 1930, recorda o autor, acentuou-se durante o governo Goulart e levou a burguesia à encruzilhada golpista. Portanto, o fracasso da classe política no Brasil tinha, conforme o horizonte pedrosiano, influído diretamente no Golpe de 1964. Ela não soube lidar com a inflação de modo técnico-econômico, porque a inflação tinha uma função sócio-política para ela, auferir lucros pelo fato do aumento dos produtos ser mais rápido do que os salários e as matérias-primas. Conforme Pedrosa (1966b, pp. 235-236), a inflação atendia “aos interesses de certos grupos comerciais e industriais que viam nela uma garantia de alta indefinida dos preços”, também beneficiava os empresários, que conseguiam “empréstimos com facilidade e a juros vantajosos, ficando assim em condições de vender seus produtos com lucro, em virtude do dinheiro abundante” e, por fim, “o lucro provinha do fato de serem as altas de salários e das matérias-primas mais lentas do que a dos produtos”.

1.4 Golpe de 1964

O nacionalismo gestado pela barganha com o imperialismo, a inflexão no modelo de desenvolvimento ocorrida durante o Governo Kubitschek e a indecisão da classe política em traçar uma política de classe sem titubeios, necessária para viabilizar um modelo político-econômico nacional, tornavam cada vez mais insustentável uma saída democrática para a crise política do Brasil. Entretanto, o processo analisado por Pedrosa não desencadeia, por si só, um golpe de Estado. Este ocorre quando os atores sociais se posicionam na arena política para desencadeá-lo e sustentá-lo. Depois de analisar a situação econômica e social do Brasil, o autor julga que a deposição de Goulart foi determinada pelo imperialismo estadunidense, burguesia agrária, burguesia industrial e Forças Armadas. Nos termos de Pedrosa (1966b, p. 116, grifo do original), “três fatores ou forças decisivas causaram a derrubada da situação presidida por João Goulart: o imperialismo americano, a classe dos proprietários fundiários do país e as Forças Armadas, como *corporação*”. Portanto, conforme esta análise, o Golpe de 1964 foi possível com a convergência entre interesses nacionais e estrangeiros, apoiado em uma

base social e executado por uma corporação, cuja lógica de ação tem especificidades em relação à sociedade civil.

Pedrosa observa que as Forças Armadas, assim como as classes dominantes, tinham plena consciência que estavam em área de influência dos Estados Unidos. Para ele, o Golpe de 1964 implantou como novidade que o Brasil estava ligado umbilicalmente ao imperialismo estadunidense. Como a indissociabilidade dos interesses nacionais e estadunidenses dificilmente se daria no plano econômico e político, em razão de negociações concretas poderem levar a divergências entre os países, como se viu no quinquênio de Kubitschek no governo federal, que, na linguagem direta da época, ora era nacionalista, ora era entreguista, efetivou-se no plano ideológico. No intuito de compreender a ideologia que permitiu a convergência entre Brasil e Estados Unidos, com uma base social fundamental para um golpe de Estado e um ator político para alavancá-lo, Pedrosa analisa a teoria da guerra revolucionária.

Para Pedrosa (1966b, p. 85), o fracasso da França em suas guerras coloniais no Vietnã e Argélia deu origem ao “grude reacionário” da guerra revolucionária. Os militares franceses, “tentando tirar da amarga experiência uma doutrina, sobretudo uma técnica para vencer em futuras guerras coloniais”, continua Pedrosa (1966b, p. 85), “conseguiram foi cristalizar num bródio teórico um esquema de luta anti-subversiva”. Ao assumir a direção da Escola Superior de Guerra em 1956, o general Leconte passou a teorizar sobre a guerra revolucionária. Esta teoria partia do pressuposto que, com a guerra nuclear impossibilitada pelo equilíbrio de forças entre Estados Unidos e União Soviética, a guerra moderna era a revolucionária. Ela se passava nos países periféricos porque as burocracias autóctones eram incompetentes em desenvolverem seus países. Se por um lado elas expulsaram os colonizadores europeus, por outro lado enfraqueceram o “mundo livre”. Portanto, “por essa forma a independência política que lhes é dada pelos antigos colonizadores abre para esses países do Terceiro Mundo uma fase abertamente revolucionária” (PEDROSA, 1966b, p. 87). A teoria militar francesa foi incorporada pelo imperialismo, pois “a nossa época de hoje se assinala [...] como a das revoluções e movimentos emancipadores nacionais nos continentes outrora submetidos aos imperialismos ocidentais” (PEDROSA, 1966b, p. 93), servindo para internacionalizar movimentos sociais reivindicatórios nacionais.

Na perspectiva pedrosiana, o Golpe de 1964 foi um dos capítulos da guerra revolucionária. O autor declara que não havia uma no Brasil. Mas lutas anti-imperialistas,

que vicejaram ao lado das lutas anticoloniais após a Segunda Guerra Mundial nos países periféricos. Segundo ele, por falta de memória histórica, conhecimento sociológico, os teóricos da guerra revolucionária esqueceram-se do colonialismo e do imperialismo, vendo influência soviética nas lutas sociais travadas em diversos países.

O conhecimento da teoria da guerra revolucionária não era restrito às Forças Armadas. Durante o governo Goulart, lembra Pedrosa, o deputado federal Olavo Bilac Pinto, da União Democrática Nacional (UDN), subia à tribuna da Câmara dos Deputados e falava que o Brasil estava “na terceira fase” (PEDROSA, 1966b, p. 94) da guerra revolucionária, a de obtenção de armas, e conclamava a sociedade civil a reagir. O udenista dizia que obteve “informações de que armas foram recentemente distribuídas a sindicatos rurais e da orla marítima” (PEDROSA, 1966b, p. 94). O autor refuta o deputado federal afirmando que “os ‘sindicatos rurais’ eram, como se sabe, organização recente, mas, graças a eles, em vários lugares, como em Pernambuco, os trabalhadores tinham conseguido não armas mas aumento de salários” (PEDROSA, 1966b, p. 94). Isto, no dito espirituoso de Pedrosa (1966b, p. 94), “era muitíssimo melhor que armas”. Além das Ligas Camponesas, Pinto acreditava que o Grupo dos Onze também era responsável pela guerra revolucionária. Entretanto, como Leonel Brizola falava a muitos, não seria possível formar grupos guerrilheiros por falta de homogeneidade, declara o autor. Além do mais, continua, guerrilha vicejava no campo. Nas cidades ocorriam apenas insurreições, de curta duração, ao contrário da guerrilha. A Frente de Mobilização Popular, conclui Pedrosa (1966b, p. 99), era uma “frente de agitação política”, heterogênea. Por fim, o udenista apontava as hesitações de Goulart como indicadora da guerra revolucionária. Refutado por Pedrosa (1966b, p. 99) com uma pergunta, “desde quando tais ‘qualidades’ são as de um condutor da guerra revolucionária?”. O autor, ao comentar as diatribes do deputado federal, está tentando demonstrar que havia uma preparação para o golpe de Estado, a envolver políticos e militares. Ademais, os discursos de Pinto na tribuna da Câmara dos Deputados ajudavam a formar o caldo ideológico para atrair setores da sociedade civil através da “guerra psicossocial” (PEDROSA, 1966b, p. 120).

Segundo Pedrosa (1966b, p. 57), a aplicação da teoria da guerra revolucionária ao Brasil não foi concebida pelo deputado federal, mas no Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA): “O líder udenista simplesmente divulgava da tribuna da Câmara esquemas ensinados na Escola do Estado-Maior”. Na concepção militar, a guerra

revolucionária estava em curso no país para isolá-lo do “mundo livre”. Isto é, ““isolar os Estados Unidos’ eis o que quer a ‘guerra revolucionária’ que se desencadeou no Brasil pelos comunistas ‘apátridas’, com a cumplicidade do presidente João Goulart” (PEDROSA, 1966b, p. 57). No intuito de evitar isolamento do Brasil, “os chefes militares conspiram, organizam sua ‘contra-guerra revolucionária’ e instruem os políticos no Parlamento a agitarem o ambiente” (PEDROSA, 1966b, p. 57). Internalizando a ideologia da guerra revolucionária, os liberais esquematizaram a realidade social, enquadrando as reivindicações dos trabalhadores rurais e urbanos, além das lutas políticas da esquerda, como produtos da conspiração soviética, para isolar os Estados Unidos. Destarte, para o autor, os liberais deixaram de defender os meios democráticos e passaram para a defesa dos fins, o *status quo*. Enquanto Pinto era o advogado do golpismo no parlamento, o governador Carlos Lacerda era seu “protagonista mais poderoso na praça pública” (PEDROSA, 1966b, p. 100).

O Golpe de 1964, segundo a ideologia vigente entre os golpistas, foi um contra-ataque à ofensiva revolucionária a impelir o país a isolar-se do poder estadunidense. Fundamentalmente, a guerra revolucionária não se sustentava empiricamente, mas ideologicamente ela tinha força por causa de seu objetivo de atrelar-se aos interesses estadunidenses. Afinal, mantido um mínimo de autonomia econômica e política dos Estados Unidos, como foi o caso de Vargas e, posteriormente, Kubitschek, tais interesses nem sempre convergiram com os brasileiros. Conforme Pedrosa (1966b, p. 71), por falta de ideologia de classe autóctone, os oficiais gerais adotaram “uma ideologia de metrópole colonizadora”. Por um lado, eles passaram a defender os interesses estadunidenses e, por outro, o *status quo*. Com as Forças Armadas e os liberais tirando a guerra revolucionária de seu contexto, tornaram-na abstração militar para esmagar movimentos sociais. Pedrosa (1966b, p. 79) diz que “a guerra revolucionária é nacional ou não é, não se pode fazê-la ou determiná-la de fora”. Assim, não havia mais problemas externos, eles se confundiam com a política internacional dos Estados Unidos.

De qualquer forma, a teoria da guerra revolucionária serviu aos interesses das corporações e trustes estadunidenses espalhados mundo afora depois da Segunda Guerra Mundial. Se a teoria da guerra revolucionária identificava que o conflito entre Estados Unidos e União Soviética ocorria no interior dos países periféricos, era essencial uma formulação teórica capaz de identificar os inimigos do “mundo livre”. Eles não eram estrangeiros, encontravam-se no interior de cada país. Complementar à teoria da guerra

revolucionária, havia a da agressão interna. Assim como esta, aquela era adotada para lidar com convulsões sociais que ameaçassem o *status quo*. Com o inimigo deixando de ser adventício e passando a ser autóctone, ele era identificado por suas ideias. Pedrosa (1966b, p. 72) destaca que, no discurso de saudação ao chanceler equatoriano Gonzalo Escudero em 16 de junho de 1965, Vasco Leitão da Cunha forjou uma “fórmula brilhante” para a teoria da agressão interna ao afirmar que as fronteiras deixaram de ser geográficas e passaram a ser ideológicas. Para ilustrar a teorização do chanceler brasileiro, Pedrosa (1966b, p. 72) cita um trecho do discurso transcrito pelo *CM* de 23 de maio de 1965, onde Cunha diz que a soberania deveria ser reformulada fundamentando-se “na existência de um sistema político-social comum e não mais nas fronteiras físicas ou políticas, consideradas obsoletas pelo governo brasileiro”. Negando-se as fronteiras físicas e políticas, ressalta Pedrosa (1966b, p. 11), legitimava-se a intervenção dos Estados Unidos na América Latina caso a “soberania ideológica” estivesse ameaçada.

Na análise pedrosiana, tratava-se de uma nova soberania, não mais calcada em estados independentes, mas em “estados interdependentes submetidos ao primado soberano de uma ideologia” (PEDROSA, 1966b, p. 111), a do capitalismo de monopólio. O princípio racional da soberania ideológica, conforme Pedrosa (1966b, p. 112), era totalitário porque estabelecia uma “unidade ideológica” entre os países. Deste modo, não havendo mais fronteiras físicas, não haveria mais invasão. Esta seria considerada defesa contra a interferência de ideologias exóticas. Pedrosa (1966b, p. 112) julga que o “absolutismo ideológico” estadunidense, certamente, não se restringiria aos países latino-americanos, pretendia abranger os domínios do Império Britânico. A soberania ideológica estava atrelada à teoria da guerra revolucionária, servindo para o imperialismo combater movimentos sociais que confrontassem os interesses do capital financeiro. Como o subdesenvolvimento era o calcanhar de Aquiles do imperialismo, os interesses nacionais da América Latina deveriam confundir-se com os dos Estados Unidos, em nome das “Américas”. O autor cogita que amalgamar os interesses nacionais com os imperiais objetivava enfraquecer a Organização das Nações Unidas (ONU), que, aos poucos, deixava de se identificar com os interesses estadunidenses integralmente.

Por mais que as “especulações político-militar” (PEDROSA, 1966b, p. 58) tivessem sido eficientes para mobilizar as Forças Armadas e, através dos debates conduzidos por políticos em sintonia com oficiais generais, formar o caldo ideológico a confundir deliberadamente interesses nacionais antagônicos aos estadunidenses como

produto da infiltração comunista no governo Goulart, elas eram deixadas de lado pela burguesia industrial. Esta, nos termos de Pedrosa (1966b, pp. 58-59), “não falava tanto em ‘guerra revolucionária’ [...] mas em ‘golpe continuísta’ de Jango e no descalabro da situação financeira e econômica de que se aproveitavam os comunistas”. Aqui, portanto, a inflação unificou a burguesia industrial a favor de uma saída golpista para a crise política. O autor declara que ela era a consciência de classe dos setores golpistas. Consequentemente, tratou de organizar o golpe de Estado buscando o apoio dos Estados Unidos. Ou seja, “São Paulo foi o centro da conspiração propriamente civil, conscientemente de classe” (PEDROSA, 1966b, p. 58).

Se a inflação unificou a burguesia industrial, a agrária foi unificada pela situação política no meio rural. No interior do Brasil, evoca Pedrosa (1966b, p. 59), os trabalhadores rurais começaram a organizar-se para conseguirem aumentos salariais e melhores condições de trabalho: “de Minas a Goiás, do estado do Rio ao Paraná, Bahia Nordeste, São Paulo mesmo, as velhas classes dominantes estavam realmente diante de um movimento novo, embora ainda muito elementar, socialmente bem mais profundo, de ‘camponeses’”. Não eram conspiradores, como propagandeado por políticos udenistas, mas “moradores e lavradores pobres, meeiros, trabalhadores de engenhos e usinas, colonos de grandes fazendas, peões lá com algo de uma ‘consciência social’” (PEDROSA, 1966b, p. 59). A novidade levou a burguesia agrária a conclamar pela ordem. Mais exatamente, ela passou a exigir a repressão ao movimento dos trabalhadores rurais. Mas em 02 de março de 1963 foi aprovado o estatuto do Trabalhador Rural. As conquistas prosseguiram com a lei do salário mínimo no campo e o decreto da SUPRA, que desapropriava terras marginais às estradas, ferrovias e açudes. Segundo Pedrosa (1966b, p. 62), “a assinatura desse decreto provocou a mobilização geral de toda a velha classe fundiária brasileira, colocando-a em pé de guerra, armada e em estado insurrecional”. “À sua explosão dois dias depois”, continua Pedrosa (1966b, p. 62), veio “somar-se a reação maciça de toda a oficialidade das Forças Armadas e do Exército em particular”. No temor do proprietário fundiário contra a reforma agrária unificaram-se as demais classes sociais que formaram a base social necessária para o golpe de Estado ser desencadeado pelos oficiais gerais.

Pedrosa considera que as Forças Armadas eram legalistas enquanto instituição. Então, por mais que setores da sociedade civil se mobilizassem para depor Goulart, as Forças Armadas só agiriam na direção deles quando houvesse uma unidade entre a

oficialidade a favor do golpe de Estado. Daí o autor ter dado ênfase que as Forças Armadas foram preponderantes no Golpe de 1964 enquanto corporação. Isto é, por mais que parte dos oficiais gerais fosse golpista, ela só agiria quando sua predisposição se tornasse hegemônica entre a oficialidade, mobilizando as Forças Armadas enquanto corporação. Apoiando-se nas declarações do deputado federal José Costa Cavalcanti, da UDN, um dos articuladores dos elementos políticos e militares da conspiração, Pedrosa afirma que a rebelião dos marinheiros em março unificou a oficialidade a favor do golpe de Estado. O udenista se expressou assim para o jornalista Fernando Pedreira: “Três foram os momentos decisivos que levaram o Exército ‘a pôr de lado suas convicções legalistas e a derrubar o governo: a intentona dos sargentos, em setembro de 63; o episódio do sítio, em princípios de outubro; e a rebelião dos marinheiros, já em março de 64” (PEDROSA, 1966b, p. 139). E enfatiza que “esta última ocorrência vendeu os escrúpulos dos menos inconformados e tornou praticamente unânime a convicção de que o Sr. Goulart não podia continuar no poder” (PEDROSA, 1966b, p. 139). Entretanto, ao depor o presidente, Pedrosa (1966b, p. 143) esclarece que as Forças Armadas não estavam indo “contra a reforma agrária, nem contra as encampações das concessionárias, nem contra a lei de remessa de lucros”. “O fator militar disciplinar contingente”, continua Pedrosa (1966b, p. 143), “deu as armas de que a contrarrevolução precisava para expulsar o presidente”. E conclui que “ao chegarem ao poder, os homens vitoriosos em abril logo descobriram o sentido do movimento que arrastou as Forças Armadas: não se destinava a restabelecer a disciplina militar, a ordem política e moral, mas a instalar no Brasil a contrarrevolução em permanência” (PEDROSA, 1966b, p. 143). Assim, revelou-se “o mistério da vitória de 1º de abril” (PEDROSA, 1966b, p. 143), com a ideologia da guerra revolucionária fazendo sua primeira vítima na América Latina, levando o Brasil a vincular seus interesses aos do capitalismo de monopólio.

Os documentos referentes à participação direta do imperialismo estadunidense no Golpe de 1964 não eram públicos em 1966. Eles só foram liberados na década de 1970, quando Phyllis R. Parker requereu junto à Casa Branca acesso aos arquivos referentes às relações entre Brasil e Estados Unidos compreendidas entre a renúncia de Jânio Quadros e a deposição de Goulart pelos militares. Consequentemente, ao perguntar-se até que ponto o governo estadunidense participou do golpe, Pedrosa (1966b, p. 116) responde que “as provas materiais talvez não existam”, mas “as provas circunstanciais são abundantes”, pois o veto dos Estados Unidos “ao governo Goulart foi decisivo para sua

queda. Ideologicamente, psicologicamente, politicamente, economicamente, conspirativamente – e talvez materialmente – Washington, por suas diversas agências, apoiou o golpe de restauração de 1ª de abril”. Já em 1964, Thomas Mann, Secretário de Estado Assistente para os Assuntos Interamericanos, admitiu diante de uma subcomissão da Câmara dos Deputados em Washington sua participação no Golpe de 1964: “Em janeiro, quando assumi o cargo, estávamos conscientes de que o comunismo se enraizava no Governo de uma forma rápida” (PEDROSA, 1966b, p. 66). Coincidentemente, destaca o autor, no mesmo mês em que Pinto iniciou suas diatribes acerca da guerra revolucionária na tribuna da Câmara dos Deputados. O que importa apreender não é se Pedrosa estava certo ou não em suas apreciações sobre a participação dos Estados Unidos na deposição de Goulart, o importante é compreender que as análises de seus dois livros de 1966 tentam inferir que o imperialismo estadunidense atingia um estágio em que legitimava a intervenção na América Latina para garantir o retorno de seus investimentos.

A intervenção, contudo, não era unilateral. No caso do Brasil, precisou que uma série de fatores convergisse para o sucesso do golpe de Estado. Daí Pedrosa partir dos “elementos da crise geral” para projetar “os traços característicos da nossa crise particular” (SALLES, 1966, p. 8). Enfim, “a evolução econômica do Brasil e sua evolução política convergem para uma mesma grave crise estrutural” (PEDROSA, 1966b, p. 195). Sem isto, os Estados Unidos não teriam realizado sua primeira experiência intervencionista de apoio a ditaduras militares latino-americanas que garantissem retorno para suas corporações e trustes.

2 FRENTE DE OPOSIÇÃO E RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA

A segunda parte deste artigo analisa a orientação para a ação política de Pedrosa sobre o Golpe de 1964 e inicia com *AOB*, pelo fato do livro analisar o Governo Castelo Branco, para logo em seguida centrar-se em sete colunas de Pedrosa e em uma entrevista sua concedida no período. Todas publicadas no *CM* em 1966, ano em que Pedrosa candidatou-se a deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

2.1 Governo Castelo Branco, início da ditadura militar

Para Pedrosa, a crise política que culminou na deposição de Goulart clarificou os problemas fundamentais do Brasil. Tratava-se, então, de um mérito histórico do governo

deposto ter colocado em evidência a dívida externa, educação popular, planejamento econômico e reforma agrária. Entretanto, ressalta Pedrosa (1966b, pp. 181-182), a independência econômica não negava a “inter-relação com os outros países e muito menos com os Estados Unidos, [...] mas possibilidade de se fazer, nos momentos decisivos, as opções essenciais quanto ao caminho do desenvolvimento e do progresso” (PEDROSA, 1966b, pp. 181-182). Para ele, o Golpe de 1964 foi dado para salvar a ortodoxia liberal.

Como exposto anteriormente, Pedrosa notou que a base social da ditadura militar era a burguesia agrária e a burguesia industrial. Esta tratou de buscar apoio internacional, enquanto aquela conseguiu unificar a classe média e pequena burguesia à favor de uma saída golpista para a crise política em razão da reforma agrária pôr em risco a propriedade privada. Portanto, a intocabilidade da propriedade privada unificou diversas classes sociais, formando a base de apoio fundamental para as Forças Armadas levarem o golpe de Estado adiante. Pelo fato da indissociabilidade dos interesses nacionais e estadunidenses ter ocorrido no plano ideológico, a ditadura militar tinha como “dogmáticas apriorísticas” (PEDROSA, 1966b, p. 184) o “conceito cada vez mais anacrônico de Guerra Fria” (PEDROSA, 1966b, p. 71) como bússola na política internacional e a economia brasileira somente desenvolver-se-ia vinculando-se integralmente ao capitalismo de monopólio.

Apesar do Golpe de 1964 ter ocorrido por causa de uma confluência de fatores – tais como a mudança da política externa dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, o esgotamento do modelo de desenvolvimento no governo de Kubitschek e a incapacidade do PTB em fazer uma política de classe, tendo como pano de fundo a teoria da guerra revolucionária a formar o caldo ideológico a confundir interesses nacionais antagônicos aos estadunidenses como alinhamento à União Soviética e o desrespeito ao princípio da hierarquia militar ter unificado a oficialidade em direção ao golpe de Estado –, a ditadura militar adquiriu, segundo Pedrosa (1966b, p. 186), uma “autonomia em face das classes dirigentes brasileiras”. No plano político, a autonomia ocorreu porque o poder passou a ser exercido por militares, subordinados às Forças Armadas, que, na análise de Pedrosa (1966b, p. 186), não são “uma classe, nem um partido, mas uma função primordial do Estado”. No plano econômico, a autonomia deu-se ao investir Roberto Campos como o responsável pela política econômica do governo. Destarte, a ditadura militar tornou-se um hábil regime para atender aos anseios do capitalismo de monopólio.

Não é em vão, portanto, Pedrosa reputar um caráter bonapartista à gestão de Castelo Branco à frente da presidência da república. A ditadura militar inaugurou um novo bonapartismo no Brasil, cuja função primordial era “policial-burocrática” na política interna e de “adesão incondicional a uma potência” (PEDROSA, 1966b, p. 188) na política internacional. “A primeira característica do novo governo ditatorial militar bonapartista”, conclui Pedrosa (1966b, pp. 188-189), “foi a de ser, como o bonapartismo clássico foi, não a resultante do equilíbrio entre as classes em oposição dentro do Brasil, mas o agente imperialista no sistema econômico-político a compor-se no Brasil” após a deposição de Goulart. Assim, “pretendeu-se fazer do Exército [...] uma entidade bonapartista impessoal” (PEDROSA, 1966b, p. 192). Contudo, pelo fato das Forças Armadas serem uma função primordial do Estado, dificilmente conseguiriam preencher todas as funções políticas do aparelho de Estado. Dado os limites institucionais delas, o bonapartismo transformou-se, observa Pedrosa (1966b, 192), “numa ditadura burocrática, com estrebuchos totalitários agressivos por parte de grupos civis mas sobretudo militares, de antigos conspiradores frustrados, cuja redução ideológica é de tal ordem que os torna incapacitados de romper o isolamento”.

Com o anteprojeto do Estatuto da Terra enviado ao Congresso, a burguesia agrária não demorou a protestar. Entretanto, a UDN conseguiu bloquear a reforma agrária prevista no anteprojeto, tornando a possibilidade de desapropriação remota. Em sua pretensão de despersonalizar o bonapartismo, Castelo Branco pretendia fazer das Forças Armadas a base do poder. A ideologia da guerra revolucionária a tornar indissociáveis interesses nacionais e estadunidenses enfraquecia-se perante as condições econômicas do Brasil. Se as burguesias agrária e industrial desejavam que o poder fosse restituído a elas, a população estava descontente com a inflação. Esta seria combatida essencialmente através da contenção dos salários, tirando cada vez mais qualquer veicidade da ditadura militar apoiar-se no proletariado. De um lado, a ditadura militar perdia sua base social e, de outro, sua política econômica centrada no arrocho salarial a tornaria incapaz de constituir uma nova base social.

Pedrosa (1966b, p. 201) nota que a ditadura militar debatia-se entre o “capitalismo privado e livre e desnacionalização econômica, com possível desagregação dos laços econômicos federativos” e o “regime de estatização das áreas estruturais da economia com os setores industriais de empresa privada brasileira reativados”. Este dilema era *a posteriori*, pois os “militares colocados à frente de empresas públicas ou

postos em contato com os problemas dessas indústrias passam irresistivelmente a vê-los de um ângulo oposto à ideologia da ditadura, isto é, do justo ângulo dos interesses do Brasil” (PEDROSA, 1966b, pp. 303-304). Somente a “presença do povo” e “forças políticas novas” (PEDROSA, 1966b, p. 247) pressionariam os militares a adotarem uma nova política econômica, independentemente dos estrangulamentos externos. Todavia, a ditadura militar não tinha uma base social considerável para conduzir o processo. Por sua vez, a burguesia industrial, presa ao capital estrangeiro e à burguesia agrária, tinha o horizonte limitado para conduzir a transição a um novo modelo de desenvolvimento.

Para enfrentar os problemas acumulados até 1966, pondera o autor, a ditadura militar tinha dois caminhos a seguir. Um era o neoliberalismo, com o capital estrangeiro reativando as forças produtivas do país, entregando-se “a decisões exógenas que venham reavivar as forças produtivas do Brasil (linha do FMI)” (PEDROSA, 1966b, p. 307). O outro era o capitalismo de Estado, com o capital público, através de investimentos na infraestrutura, superando o capital privado, decidindo-se “na negação da própria obra, da própria ideologia, a fazer pesados investimentos na ordem infraestrutural e estrutural” (PEDROSA, 1966b, p. 307). Contudo, o capitalismo de Estado era uma possibilidade em 1966, dar-se-ia com a sedimentação de uma ideologia formada pelos militares que fossem ocupando funções nas empresas públicas, cujos problemas práticos levariam eles a romperem com o corporativismo militar estreito, sustentado na teoria da guerra revolucionária, e passariam a ver as funções estimulantes do Estado para a economia brasileira, como a análise pedrosiana infere durante o governo Castelo Branco.

2.2 Formando um novo bloco histórico e as bases do MDB

Apesar de Pedrosa ter levado em conta que a ditadura militar poderia se renovar economicamente e politicamente através do nacionalismo. Em 1966, entretanto, o nacionalismo era uma hipótese, pois ele seria gestado enquanto os militares fossem ocupando funções públicas, passando a ver os interesses nacionais pela perspectiva prática das empresas públicas e distanciando-se da ideologia da guerra revolucionária, a ver os interesses nacionais pela perspectiva do conflito entre Ocidente e Oriente, opondo de modo absoluto capitalismo e comunismo. Em 1966, com a economia gerenciada por Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões, a ditadura militar, para o autor, era, sobretudo, a aceitação do subdesenvolvimento como inevitável, que o Brasil não poderia conduzir sua economia com autonomia do imperialismo. Se os militares passavam por

um dilema no poder, a sociedade civil se movimentava. A burguesia agrária mobilizou-se por causa do Estatuto da Terra, conseguindo que sua reação ante a reforma agrária bloqueasse qualquer veleidade reformista da ditadura militar. A burguesia industrial estava impaciente com a economia, cujo crescimento não tinha sido reativado ao patamar do governo Kubitschek pela equipe econômica do governo Castelo Branco. A classe média impacientava-se com a inflação, que, se em 1965 baixou consideravelmente, em 1966 voltou a subir, mesmo estando distante dos índices do governo Goulart. Destarte, a base social da ditadura militar não estava coesa em 1966.

Sendo o arrocho salarial um dos instrumentos de controle da inflação, o proletariado encontrava-se em um beco sem saída porque seus instrumentos de pressão política estavam em suspenso. O Golpe de 1964, de imediato, suprimiu as liberdades democráticas e, fazendo uso de meios repressivos, interviu nos sindicatos. A política sindical dos militares se clarificou, criando obstáculos aos candidatos oposicionistas nos sindicatos. Para piorar a situação operária, a redução salarial era um dos instrumentos de contenção da inflação. No horizonte pedrosiano, cabia à classe operária intervir na dinâmica social.

A questão que *AOB* deixa em aberto é como se daria a intervenção em um regime fechado. Assim, a ação política de Pedrosa tinha de levar em conta a natureza da ditadura militar. Logo após ele ter terminado a redação dos dois livros de 1966, voltou a escrever regularmente para o *CM*, encerrando seu segundo ciclo no jornal carioca em 1968, por causa do AI-5.

Em *Sucessão em Regime Fechado*, Pedrosa enfatiza como as liberdades democráticas beneficiam a vida política. A análise realizada na coluna expõe que a política de classe auxilia no aperfeiçoamento da democracia, pois nos regimes abertos “os problemas são resolvidos pelo jogo franco das correntes políticas em disputa do poder, elas mesmas expressões de toda a gama de interesses e tradições que compõem a trama da sociedade civil” (PEDROSA, 1966d, p. 12). O conflito social é intrínseco à democracia e, por mais que venha a dividir a sociedade, contribui para as disputas políticas passarem pelo crivo da sociedade civil. Segundo Pedrosa (1966d, p. 12), as questões políticas, grandes ou pequenas, ao serem postas diante da opinião popular, mesmo que com deformações, “são submetidas a seu julgamento, se tornam poderosas motivações para o fracionamento dessa opinião em correntes opostas que se digladiam

até a paixão, até a exaltação por vezes dos torcedores nos estádios de futebol” (PEDROSA, 1966d, p. 12).

A ditadura militar, por mais que fosse um regime fechado, precisava legitimar-se perante a sociedade civil. Pedrosa, ao levar em consideração a base social que sustentou o Golpe de 1964 e seu enfraquecimento com os militares à frente do governo federal, buscava entender como ocorreria sua legitimação. Inicialmente, o regime militar procurou legitimar-se por eleições, já que o golpe de Estado foi apoiado em setores desligados dos anseios populares. Conforme *Despotismo Esclarecido – Anacronismo Despótico*, Castelo Branco tentou abrir a ditadura militar “para ser transformada legitimamente, quer dizer, pela vontade popular” (PEDROSA, 1966c, p. 3). Entretanto, as eleições de outubro de 1965 foram desfavoráveis aos militares. “O resultado final, seguido ao resultado das urnas, em outubro de 1965”, continua a coluna, “foi o recrudescimento do poder despótico com os ‘atos’ 2 e 3” (PEDROSA, 1966c, p. 3). Para o autor, por conseguinte, não havia saída democrática pela vontade dos militares. Retomando a percepção de Pedrosa que as Forças Armadas deram o golpe de Estado enquanto corporação, a restauração democrática não ocorreria corporativamente, através de uma unidade entre os oficiais gerais de que o Brasil deveria reestabelecer a democracia. Havia necessidade de um impulso externo.

Mesmo sendo produto da ditadura militar, o autor aponta que o MDB, fundado em 1966, seria um instrumento para os atores políticos oporem-se ao regime instaurado em 31 de março de 1964. Tal instrumento de oposição tinha limitações impostas pelos próprios militares. Em *O Pano de Fundo do Regime*, Pedrosa identifica quais seriam os limites do partido opositor. Para ele, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) era um partido único. “Para tanto”, ressaltava Pedrosa (1966e, p. 3), Castelo Branco “formou burocraticamente a ARENA e dela se sagrou chefe, em cerimônia oficial e solene. É o seu partido, já agora o partido do poder, por vias de fato, uma vez que não o poderia ser, normalmente, por via eleitoral”. Afinal, não havia eleições diretas para a presidência da República. Daí Pedrosa afirmar que a ARENA era um partido único, pois, independente dos resultados das eleições, ela era que detinha o poder político. Mas, “por amor à democracia”, prossegue o autor, “previu o marechal também um partido da oposição, embora estritamente condicionado. Este condicionamento *a priori* consiste em ter de se conservar eternamente minoritário” (PEDROSA, 1966e, p. 3, grifos do original).

Concomitantemente à engenharia representativa, com a criação de um partido que deteria o poder de fato e com outro partido criado para dar um caráter plural à legislatura, mas condicionado a ser minoria, a eleição direta para presidente da República foi suprimida. “Encontrou-se assim solução para institucionalizar o poder militar”, nota Pedrosa (1966e, p. 3). Para Pedrosa (1966e, p. 3), tratava-se de “um complexo sistema de ditadura militar como ‘pano de fundo’ e de representação civil democrática como ‘pano de boca’” (PEDROSA, 1966e, p. 3). Em um plano, um “engenhoso sistema de partido único”, com um “partido de ‘oposição’ para manter a indispensável pluralidade de partidos, velho preceito constitucional” (PEDROSA, 1966e, p. 3). Em outro plano, erigiu-se “em princípio a temporariedade dos mandatos presidenciais”, contudo assegurando “a escolha deste em família, entre os do pano de fundo” (PEDROSA, 1966e, p. 3).

Pedrosa compreende que a criação do MDB ajudava a institucionalizar a ditadura militar. Mas o MDB poderia ajudar a sociedade civil organizada a bloquear a legitimação do regime. A distinção entre institucionalização e legitimação é importante para entender porque o autor passou a defender que a oposição ocupasse a brecha dada pelos militares ao criarem o MDB. Ressalta-se que em 1966 a ditadura militar ainda não tinha se legitimado pela vontade popular, pois nas últimas eleições, realizadas em outubro do ano anterior, candidatos a governador da oposição foram eleitos em importantes estados da federação. Derrotados nas urnas, os militares extinguiram os partidos políticos e tornaram indireta a eleição para presidente da República. Com o pluripartidarismo extinto, foram criados a ARENA e o MDB. Este se tornou o principal instrumento de oposição ao regime no poder legislativo. Portanto, o MDB barraria a legitimação do regime militar enquanto representasse a vontade popular. Não só através do voto que a sociedade civil demonstrava seu descontentamento com o poder militar, mas também se mobilizando. Em *O Processo de Redemocratização*, Pedrosa nota que a ditadura militar começava a sentir-se acuada com a onda de descontentamento se avolumando através das manifestações. “Os estudantes que líderes civis e militares do Governo no Congresso e fora do Congresso já se preparam a acusar de comunistas, de vendidos a ‘potências estrangeiras’, de assessorados por Fidel Castro”, observa Pedrosa (1966f, p. 3), “são naturalmente as primeiras camadas da população a vir de público demonstrar esse descontentamento generalizado”.

A concepção pedrosiana acerca do MDB enquanto frente de oposição transparece em *Após as Eleições*, com Pedrosa (1966j, p. 3, grifo nosso) ressaltando que “o MDB [...] era um ônibus onde gente de todas as tendências era *obrigado* a entrar para fazer o seu trajeto”, porém, ao se chegar ao final, cada um tomaria sua direção própria. Isto é, cada tendência continuaria a fazer oposição à ditadura militar, mas expondo seu projeto político para assim os diversos interesses da sociedade civil estarem representados na Câmara e no Senado. Deste modo, o Legislativo seria o representante de fato da vontade popular. Daí Pedrosa (1966h) intitular uma de suas colunas de *Ainda Não Temos Presidente*, no qual enfatiza que o conflito entre o poder legislativo e o poder executivo indicaria para a sociedade civil que o poder legítimo era o Congresso, pois sua vontade estaria representada naqueles que receberam sua chancela pelo voto popular.

Em 27 de setembro, Pedrosa concedeu uma entrevista já como candidato. Ela foi publicada no dia seguinte com o título *Único Poder Legítimo é Novo Congresso* e nela o entrevistado expõe como o conflito entre o poder legislativo e o poder executivo poderia contribuir para a redemocratização. Para Pedrosa (1966g, p. 3), “na medida em que os resultados das eleições de 15 de novembro forem contrários à orientação do atual Governo, nessa mesma medida o Congresso novo será o *único* poder legítimo” (PEDROSA, 1966g, p. 3, grifo nosso). Assim, a volta do Brasil à democracia dar-se-ia impedito a legitimação do regime militar. O MDB seria o instrumento da oposição para tentar bloquear a legitimação do poder militar. Os candidatos oposicionistas eleitos representariam a complexa trama social, com seus interesses divergentes, no Congresso. Este, conseqüentemente, seria o único poder legítimo, demarcando que os militares estavam usurpando a soberania popular, representada, de fato, no Congresso, “de ao qual caberá fatalmente a tarefa histórica de identificar de novo o poder político com as expressões políticas autênticas que compõem a maioria popular”, acrescenta Pedrosa (1966g, p. 3).

Na mesma entrevista, ele analisa que os candidatos do MDB deveriam observar a institucionalização do regime militar e não compactuar com ela. A constituição de 1967 deveria ser combatida de antemão porque ela institucionalizaria o poder militar, limitando as prerrogativas do poder legislativo e ratificando a eleição indireta para presidente da República. Logo, nota Pedrosa (1966g, p. 3), “os eleitos a 15 de novembro para o Congresso Nacional serão para um outro marechal, visitantes incômodos”, pois “um Congresso Nacional que saia desse sistema rígido de poderes que se sucedem

independentemente da vontade popular, não pode em sua essência participar do regime. Será fatalmente um poder estranho às ideias, às concepções e à sistemática do poder militar”. E salienta que não haveria “outra possibilidade de dar ao Brasil um regime democrático autêntico” (PEDROSA, 1966g, p. 3) se não através da soberania do Congresso.

Continuando na apreciação da entrevista, observa-se que ela demarca que o programa comum da frente de oposição agrupada no MDB não anularia o projeto político do entrevistado. Segundo Pedrosa, sua ação política teria três fases. A primeira era de luta pela redemocratização do Brasil, iniciada durante a campanha eleitoral. A segunda deveria assegurar as liberdades democráticas, “de luta concreta pela reimplantação das instituições realmente democráticas, tarefa a ser realizada pelo futuro Congresso, a ser eleito pelo voto direto” (PEDROSA, 1966g, p. 3). Somente na terceira fase que sua ação política calcaria na luta pelo socialismo democrático, onde se daria a organização política e a ação programada “para levar o Brasil à criação de uma democracia socialista, com reformas de estrutura exigidas e sob um plano econômico global de inspiração socialista” (PEDROSA, 1966g, p. 3). Assim o entrevistado lançou-se como candidato socialista.

Em *Os Riscos Honrosos de Candidato*, Pedrosa conclama os radicais a não votarem nulo, mas a votarem nos candidatos que o representassem, tanto no combate à ditadura militar quanto com um projeto de transformação socialista da sociedade brasileira. Pedrosa (1966i, p. 3) afirma que a tarefa do governo Castelo Branco “consiste em impedir que o povo brasileiro, aproveitando-se da miserável oportunidade que lhe foi oferecida de protestar contra a ditadura regencial através do voto a 15 de novembro, possa dar a esse protesto uma expressão positiva e clara, inequívoca”. O voto nulo, deste modo, levaria seus defensores a perder a brecha dada pelos militares para protestar contra a ditadura militar. Pedrosa (1966i, p. 3) considera que o protesto precisava ser canalizado para os candidatos do MDB, “que de partido de oposição nomeada se transformou em vários setores, pela força das coisas e a lógica implacável dos acontecimentos, em partido de oposição de verdade”, tendo “candidatos realmente comprometidos numa luta irreversível contra o regime ditatorial” (PEDROSA, 1966i, p. 3).

Em *Após as Eleições*, o autor reconhece que apesar de todas as dificuldades enfrentadas pela oposição ela se fortaleceu. Nota que “deram-se as eleições programadas pelo governo ditatorial, fiado nas providências prévias que tomou para assegurar sua ‘vitória’ nas urnas e dispor no futuro parlamento de uma cômoda maioria ‘arenosa’”

(PEDROSA, 1966j, p. 3). O trocadilho ocorre para enfatizar que a maioria no Congresso era insegura e podia fugir de entre os dedos do regime militar, pois “mesmo na ARENA, [...] as tendências desagregantes se assanham, e velhos pessedistas como velhos udenistas já estão cansados de se sentarem uns junto aos outros” (PEDROSA, 1966j, p. 3). Para o autor, o leque político se abriu com as eleições de 1966 e dificilmente seria fechado. Porém, para impedir que as diversas tendências políticas reaparecessem ou novas fossem se formando no Congresso, independente da vontade dos artífices da ditadura militar, só restaria a ela o recurso das cassações. Estas, lembra Pedrosa, seriam “necessárias para que o potro do novo Congresso já entre para as estrebarias ditatoriais devidamente amestrado” (PEDROSA, 1966j, p. 3).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de Pedrosa indica um esforço em assimilar o Golpe de 1964 levando em conta tanto fatores internos quanto externos, realçando sua vinculação ao marxismo, de apreender o capitalismo como totalidade. O autor observa que a inflexão no modelo de desenvolvimento durante o Governo Kubitschek tornou insustentável a manutenção da aliança de classes do desenvolvimentismo, dificultando uma saída legal para a crise política ao se tentar reproduzir a mesma aliança ao longo do tempo. Pedrosa julga que a economia, *per se*, não leva a um *Putsch*, os atores sociais devem se posicionar na arena política para desencadeá-lo e sustentá-lo. Para o autor, Goulart foi deposto após a conversão de interesses dos Estados Unidos, burguesia agrária, burguesia industrial e Forças Armadas. Portanto, o *Putsch* ocorreu quando os interesses da burguesia nacional convergiram com os do imperialismo, apoiando-se em uma base social e executado por uma corporação, cuja lógica de ação tem especificidades em relação à sociedade civil.

AOI e *AOB* deixam em aberto como Pedrosa pensava a ação política em um regime fechado, mas ao se considerar que suas colunas do *CM* confluem para a interpretação contida nos dois livros, torna-se possível apreender as dimensões teórica e prática de seu pensamento.

Pedrosa julga que a ditadura militar, por mais que fosse um regime fechado, precisava legitimar-se perante a sociedade civil. Inicialmente, a ditadura procurou legitimar-se por eleições, já que o *Putsch* foi apoiado em setores desligados dos anseios populares, mas as de outubro de 1965 foram desfavoráveis aos militares. Como não haveria volta à democracia pela vontade dos militares, o MDB, seria um instrumento para

a esquerda opor-se à ditadura. Segundo o autor, o MDB poderia tornar-se um impulso externo ao regime no intuito de redemocratizar o país, com limitações impostas pelos próprios militares.

REFERÊNCIAS

PEDROSA, Mário. **Entreguismo e nacionalismo**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXIX, nº 179, pp. 3 e 8 (do *Segundo Caderno*), 02 ago. 1959. (FBN)

_____. **O partido do gabarito curto**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXIX, nº 1, p. 3, 01º jan. 1960. (FBN)

_____. **A opção imperialista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966a.

_____. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966b.

_____. **Despotismo esclarecido – anacronismo despótico**. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.455, 19 jun. 1966c. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)

_____. **Sucessão em regime fechado**. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.467, 03 jul. 1966d. *Quarto Caderno*, p. 12. (FBN)

_____. **O pano de fundo do regime**. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.497, 07 ago. 1966e. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)

_____. **O processo da redemocratização**. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.533, 25 set. 1966f. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)

_____. **Único poder legítimo é novo Congresso**. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.541, p. 3, 28 set. 1966g. (FBN)

_____. **Ainda não temos Presidente**. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.551, 09 out. 1966h. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)

_____. **Os riscos honrosos de candidato**. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.580, 13 nov. 1966i. *Caderno do Eleitor*, p. 3. (FBN)

_____. **Após as eleições**. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, ano LXVI, nº 22.585, 20 nov. 1966j. *Quarto Caderno*, p. 3. (FBN)

SALLES, Heráclio. [1966] **Dois livros estimulantes**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, ano LXXV, nº 272, 19 nov. 1966. *Suplemento do Livro*, p. 8. (FBN)